



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

PORTARIA /INPI / N° 243, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Boletim Pessoal
VII do mês
de junho de 2020.
Expedido em
16/06/2020

Define a prorrogação dos prazos de que tratam a PORTARIA /INPI/N° 119, de 16 de março de 2020; PORTARIA /INPI/N° 161, de 13 de abril de 2020; PORTARIA /INPI/N° 166, de 27 de abril de 2020; PORTARIA/INPI/N° 178, de 11 de maio de 2020 e PORTARIA/INPI/N° 230, de 25 de maio de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas

CONSIDERANDO a classificação da situação do SARS-CoV-2 (COVID-19) como pandemia e emergência de saúde pública de importância internacional, com risco real de infecção e propagação da doença;

CONSIDERANDO a necessidade da preservação da segurança e saúde de servidores, colaboradores e usuários, assim como da continuidade dos serviços públicos e da manutenção das políticas públicas em curso;

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nº 52402.002368/2020-35 e nº 52402.002547/2020-72,

RESOLVE :

Art. 1º Prorrogar até 30 de junho de 2020 os prazos de que tratam a PORTARIA /INPI / N° 119, de 16 de março de 2020; PORTARIA /INPI/N° 161, de 13 de abril de 2020; PORTARIA /INPI/N° 166, de 27 de abril de 2020; PORTARIA/INPI/N° 178, de 11 de maio de 2020 e PORTARIA/INPI/N° 230, de 25 de maio de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2020.

Cláudio Vilar Furtado
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO VILAR FURTADO, Presidente**, em 15/06/2020, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.inpi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272177** e o código CRC **917D1773**.

Referência: Processo nº 52402.002547/2020-72

SEI nº 0272177